Decreto n.º 9:391

Tendo sido anulada, por sentença da respectiva auditoria administrativa, a eleição da Junta de Freguesia de Santa Catarina, do concelho das Caldas da Rainha: hei por bem, usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, fixar o dia 9 de Março próximo para a eleição da Junta de Freguesia de Santa Catarina, concelho das Caldas da Rainha.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 23 de Janeiro de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso*.

Decreto n.º 9:392

Tendo o Supremo Tribunal Administrativo, por seu acórdão de 15 de Dezembro de 1923, anulado o acto eleitoral de procuradores à Junta Geral do Distrito de Leiria e vereadores à Câmara Municipal das Caldas da Rainha em todas as assembleas eleitorais: hei por bem, usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, fixar o dia 16 de Março próximo para a realização do mencionado acto eleitoral.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 23 de Janeiro de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso*.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Majoria General da Armada****Repartição dos Serviços Radiotelegráficos da Armada****Portaria n.º 3:877**

Estando já no depósito de material radiotelegráfico os postos de 1,5 quilovátio onda contínua, e os radiogoniómetros para serviço de costa, havendo a maior urgência em os montar, a fim de proceder-se aos estudos iniciais indispensáveis para esses radiogoniómetros servirem para a navegação; e

Sendo absolutamente indispensável que um tal serviço esteja a cargo de oficiais especializados em radiotelegrafia, pela natureza dos trabalhos iniciais, fiscalização directa do serviço à navegação, e ainda por necessidade de ser um oficial que proceda a determinadas observações:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que as lotações dos postos radiotelegráficos de Faro, Pôrto e Funchal se componham do seguinte pessoal, respectivamente:

Director — oficial de marinha especializado em T. E.	1
Encarregado do material eléctrico e suas reparações — primeiro sargento artífice torpedeiro electricista	1
Encarregado dos motores — sargento condutor de máquinas ou cabo fogueiro	1
Encarregado do material R. T. — primeiro ou segundo sargento telegrafista	1
Cabos ou primeiros telegrafistas	4

Logo que os postos radiogoniómetros sejam abertos ao serviço público, a lotação será aumentada de mais dois sargentos ou cabos telegrafistas.

Paços do Governo da República, 23 de Janeiro de 1924. — O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

Provedoria da Armada**Repartição dos Depósitos de Marinha****Decreto n.º 9:393**

Considerando que ao dever que o Estado tem de fornecer gratuitamente às praças do corpo de marinheiros da armada determinados artigos de pequeno equipamento é inerente o direito de exigir das mesmas praças inteira responsabilidade pelos referidos artigos;

Considerando que a liquidação pelo extravio ou inutilização desses artigos, tal como hoje é feita, traz grandes prejuizos para o Estado, que, tendo de os fazer substituir por outros cujo preço é cada vez mais elevado, se vê forçado a despendar importantes somas na sua aquisição;

Considerando que, se alguns dos referidos artigos ficam desvalorizados no fim de certo tempo de uso, outros há que, mesmo depois de usados, conservam um valor relativamente elevado:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos de pequeno equipamento que o Estado fornece gratuitamente às praças do corpo de marinheiros da armada são sempre propriedade do Estado, ficando por eles responsáveis as praças a quem forem distribuídos.

Art. 2.º O extravio ou inutilização de qualquer desses artigos de pequeno equipamento, salvo os casos de força maior devidamente comprovados, liquidar-se há mediante o pagamento das seguintes indemnizações:

1.º Colchão e travesseiro de lã:

a) Quando o extravio ou inutilização de qualquer desses artigos se der dentro do primeiro ano depois de a praça o ter recebido, a indemnização será igual ao preço do artigo que novamente lhe fôr distribuído em substituição do primeiro;

b) Quando o extravio ou inutilização se der dentro do segundo ano depois de a praça o ter recebido, a indemnização será igual a dois terços do preço do artigo que novamente lhe fôr distribuído em substituição do primeiro;

c) Quando o extravio ou inutilização se der no terceiro ano e seguintes depois de a praça o ter recebido, a indemnização será igual a metade do preço do artigo que novamente lhe fôr distribuído em substituição do primeiro.

2.º Cobertores de lã:

a) Quando o extravio ou inutilização se der dentro dos dois primeiros anos depois de a praça o ter recebido, a indemnização será igual ao preço do cobertor que novamente lhe fôr distribuído em substituição do primeiro;

b) Quando o extravio ou inutilização se der dentro do terceiro e quarto anos depois de a praça o ter recebido, a indemnização será igual a dois terços do cobertor que novamente lhe fôr distribuído em substituição do primeiro;

c) Quando o extravio ou inutilização se der no quinto e sexto anos e seguintes depois de a praça o ter recebido, a indemnização será igual a metade do preço do cobertor que novamente lhe fôr distribuído em substituição do primeiro.

3.º Mochila de madeira:

Quando o extravio ou inutilização se der dentro do primeiro ano depois de a praça a ter recebido, a indemniza-